

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA
REUNIÃO 17 outubro de 2018

Aos dezassete dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas, reuniu, na Câmara Municipal de Leiria, o Conselho Municipal de Educação de Leiria, presidido pela Senhora Vereadora da Educação e Biblioteca, Dr.ª Anabela Graça.

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:

1. Leitura e votação da ata do Conselho anterior;
2. Abertura do ano letivo 2018/2019 - Informações;
3. Projeto Educativo Municipal;
4. Programa de refeições: tomada de posição, tendo em conta o Despacho n.º 10919/2017, de 13 de dezembro.
5. Assuntos propostos pelos conselheiros.

Ao iniciar a reunião tomou posse o representante das Instituições de ensino superior privado, Doutor Acácio Sousa. Não estiveram presentes por razões devidamente justificadas, a Diretora do agrupamento de escolas de Caranguejeira – Santa Catarina da Serra e a representante da Juventude.

A sessão iniciou com a leitura e aprovação da ata do CME anterior, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção dos conselheiros que não estiveram presentes na última reunião.

No ponto 2, a Vereadora Anabela Graça apresentou as seguintes informações, relativas ao início do novo ano letivo:

- Rede Escolar:

- Encerramento da EB Chã da Laranjeira (em virtude do número reduzido de alunos);
- Concluída a intervenção de ampliação e apetrechamento da EB Bajouca (Integra JI Bajouca e EB Vale da Bajouca);
- Concluída a intervenção de ampliação e apetrechamento da EB Caxeira (integra os alunos da EB Quintas do Sirol);
- Concluída a intervenção de ampliação e apetrechamento da EB Bidoeira de Cima (integra JI Bidoeira de Baixo e JI Bidoeira de Cima);
- Centro Escolar de Marrazes as obras foram interrompidas no 2.º período do ano letivo 2017/2018 e as razões do atraso são totalmente alheias ao Município, que encetou diligências no sentido de garantir no mais curto espaço de tempo possível a continuidade de trabalhos necessários à condução da obra.

- Fórum Educação: realizado a 11 de setembro, sob a temática "Flexibilidade Curricular – Educar para o Futuro", contou com a participação de 700 docentes.

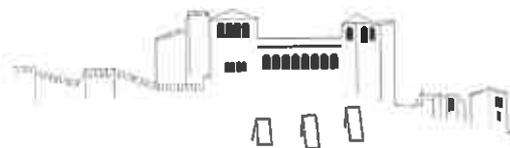
- Projeto Educativo Municipal (PEM) 2018/2021: realizada a 7 de setembro a apresentação pública do PEM 2018-2021, contou com cerca de 250 participantes entre diretores, coordenadores de departamento e parceiros educativos.

- Equipa Multidisciplinar: Foi constituída a equipa multidisciplinar no âmbito do PIICIE (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar) cuja equipa alargada se encontra a trabalhar com as escolas desde o dia 3 de setembro (6 psicólogos, 4 terapeutas da fala, 3 mediadores, e 1 nutricionista).

- Refeições Escolares: A UNISELF é responsável por fornecer refeições em 55 estabelecimentos de Ensino. A confeção local verifica-se em 2 estabelecimentos de Ensino e nos restantes 33 estabelecimentos, o fornecimento é assegurado por IPSS. Relativamente à monitorização do programa, a Vereadora da Educação referiu que este é um programa que requer maior atenção por parte do município, mantendo-se a contratação de uma empresa de auditoria (SGS) e a monitorização (visita surpresa) e recorrente dos técnicos do município. De acrescentar, ainda, que neste momento dispomos de uma nutricionista integrada no PIICIE e está em processo de desenvolvimento, um estágio profissional para mais uma nutricionista.

- AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família): Assegurada em 11 Jardins de Infância (JI) pela JUVE, em 17 JI por Associações de Pais, em 21 JI pelas Juntas de Freguesia e 13 por IPSS. O município mantém o apoio semanal de duas vezes 45 minutos para a realização de uma atividade extracurricular, escolhida pelos responsáveis pela supervisão pedagógica.

- Transportes Escolares: Durante o mês de agosto realizaram-se reuniões de planeamento para o novo ano letivo com a entidade transportadora e as direções dos agrupamentos de escolas e escolas. Até final de outubro está a decorrer



um processo de acompanhamento e monitorização da rede, para eventuais ajustes. A Vereadora reconheceu que esta é uma área de trabalho que requer muita atenção, referindo o facto da rede de transportes escolares estar assente na rede de transportes públicos existentes.

Relativamente ao ponto 3, Projeto Educativo Municipal, o documento foi distribuído aos conselheiros. Mantiveram-se os 3 eixos, depois de um trabalho de diagnóstico e (re)construção do projeto. O passo seguinte, nomeadamente para a operacionalização do eixo 2, assentará no trabalho de articulação a desenvolver com as lideranças Intermédias das escolas.

No que diz respeito ao ponto 4, as Associações de Pais têm questionado o município sobre o acesso aos refeitórios para monitorizar o serviço de refeição. De acordo com a legislação em vigor, Despacho n.º 10919/2017, 13 de dezembro, a responsabilidade de definir as regras cabe aos diretores, no âmbito dos seus regulamentos internos. Neste sentido, foi colocada aos conselheiros a seguinte questão: "Como fazer a monitorização das refeições nas escolas, por parte dos Pais?", considerando que é necessário orientar e estabelecer regras.

O diretor Fernando Elias apresentou ao conselho uma proposta de documento, que foi alvo de reflexão por parte dos conselheiros.

Neste sentido, a representante das Associações de Pais apresentou a sua experiência relativamente a este assunto: no dia anterior à visita, por dois representantes dos pais, são marcados dois almoços, em que um é gratuito e o outro é pago e avisada a coordenadora da escola. Este procedimento ocorre duas vezes por mês.

O Doutor Acácio Sousa acrescentou que a gratuidade não é relevante, dado tratar-se de uma questão de cortesia. O importante é avisar o (a) responsável da escola e nunca o fornecedor.

A Educadora Conceição Catarino acrescentou que nos refeitórios geridos pelo Ministério da Educação está previsto o fornecimento de duas refeições gratuitas para quem monitoriza o serviço.

A este propósito, o Presidente da Assembleia Municipal alertou para alguns procedimentos inerentes ao processo de auditoria, com especial preocupação com o aviso prévio, dado que pode não permitir os resultados pretendidos.

A Vereadora esclareceu ainda que o problema que se tem verificado nas visitas regulares aos refeitórios relaciona-se com a quantidade fornecida, mas é também uma preocupação o combate ao desperdício alimentar, reforçando que a quantidade não é um problema. Por outro lado, as ementas são apresentadas com antecedência mensal, bem como a aquisição de matérias-primas que requer uma antecedência considerável.

Foi dada a palavra ao Chefe de Divisão de Educação, que sublinhou que o acompanhamento deste serviço não poderá perturbar a organização da escola, bem como o processo de ensino aprendizagem, daí a necessidade de clarificar e estabelecer procedimentos, quer para estas visitas, quer para as demais situações.

A representante da Associação de Pais salientou a importância da comunicação entre entidades e o espírito de boa cooperação.

O Diretor Jorge Edgar recomendou o preenchimento de um formulário, evidenciando o que correu bem e o que é necessário melhorar, após a visita ao refeitório.

Após convite aos diretores para apresentarem uma proposta de formulário, foi decidido adaptar o Anexo D do Despacho n.º 10919/2017, 13 de dezembro, assumindo o município a produção do documento e a entrega em todos os refeitórios escolares.

A Subdiretora do Agrupamento de Escolas D. Dinis, Ana Lopes, reforçou que o que está em causa é a entrada nos refeitórios e que de modo algum será permitida a entrada nas cozinhas.

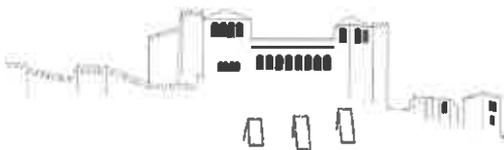
Terminado este ponto, o Diretor Fernando Elias usou da palavra para felicitar a CML, pela produção do PEM 2018/2021, nomeadamente o *design* e a forma organizada e clara dos seus conteúdos.

No seguimento desta intervenção, o Diretor Jorge Cotovio felicitou-a também pela realização do IX Fórum Educação, quer pela oportunidade da temática, quer pela organização, respetivos oradores convidados e a sua importância na preparação do ano letivo.

O representante do Conselho Municipal de Juventude, Xavier Gaspar, questionou a Senhora Vereadora sobre a continuidade dos debates partidários nas escolas secundárias, reforçando a pertinência do evento na senda democrática.

A Vereadora lançou o desafio aos diretores com ensino secundário para agendarem datas que permitam a sua realização ao longo do ano letivo.

O representante da PSP, Comissário Maciel Rocha, usou da palavra para esclarecer os problemas relacionados com os transportes escolares transmitidos às autoridades por um conjunto de pais e pelo próprio município, e que resultou na



realização de ações de fiscalização. Deste procedimento constataram que o transporte dos alunos é feito de acordo com a lei, em circuitos regulares de passageiros devidamente homologados em autocarros mistos. O que verificaram é que não existe lugar sentado para todos, fazendo com que alguns alunos circulem de pé, com todas as implicações inerentes. Mas assegurou que não há sobrelotação dos autocarros.

A Vereadora reforçou a ideia apresentada, afirmando que deveremos apostar na sensibilização dos alunos mais velhos para ajudarem os alunos mais novos.

O Diretor Fernando Elias acrescentou que este é um problema legislativo e que o ideal seria alterar este tipo de transportes mistos para carreiras e com circuitos adaptados às escolas.

Neste sentido, o representante da DGEstE, Rigoberto Correla, referiu que a alteração legislativa está para breve, na medida em que a competência relativa à gestão dos transportes (circuitos, paragens) irá transitar em 2019 para as Comunidades Intermunicipais.

Por último, a Vereadora informou que no dia 15 de outubro, fez a entrega à deputada Odete João de um documento com a descrição das prioridades educativas para o concelho de Leiria, tendo em vista a análise pelo governo. Partilhou ainda as linhas gerais do documento:

1. Escola Inovação | Aluno do século XXI – equipamento informático: apetrechamento das escolas básicas do 2/3 ciclos e escolas secundárias.
2. Gestão Pessoal Não Docente - falta de Assistentes Operacionais.
3. Alargamento do transporte escolar gratuito para alunos do 1º ciclo do ensino básico.
4. Ensino Superior: Coesão, Qualificação e Sustentabilidade.
5. Requalificação e manutenção de edifícios – diagnóstico do estado dos edifícios das escolas do 2º, 3º ciclos e Ensino Secundário do concelho, com a identificação dos principais problemas do edificado.

A terminar, agradeceu o contributo de todos os Diretores para a realização deste documento e relembrou a data do próximo Conselho Municipal de Educação que está agendado para o dia 19 de dezembro.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada e assinada a presente ata. -----

A vereadora da Câmara Municipal de Leiria

Anabela Graça

